



**Discurso da Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos
Sessão Solene do Dia Nacional do Farmacêutico
Évora, 26 de setembro de 2019**

[Protocolo]

Começo por saudar e agradecer a todos os farmacêuticos. A vossa presença justifica a comemoração do Dia do Farmacêutico através da nossa casa comum, a Ordem dos Farmacêuticos. Uma palavra de destaque aos colegas que hoje celebram os seus 50 anos de profissão. São, cada vez mais, ativos importantíssimos, que continuam a contribuir de forma significativa para a saúde dos portugueses. E uma palavra também aos melhores alunos das nossas academias, que hoje aqui recebem o prémio do vosso esforço e dedicação, e que representam o que de melhor fomos capazes de ajudar a concretizar: o acesso a uma educação de qualidade, global, com competências que promovem a reputação dos nossos profissionais de saúde além-fronteiras e que garantem a competitividade do País.

Quero também expressar a nossa gratidão ao Senhor Presidente do Infarmed, que aqui representa o Senhor Secretário de Estado da Saúde, cuja ausência foi justificada com o período de campanha eleitoral, o que naturalmente compreendemos, até como boa prática em democracia. E também um profundo reconhecimento aos SPMS na pessoa do seu Presidente pelo Protocolo que hoje celebramos, sua iniciativa, que mobilizou a sua equipa em tempo de férias. Este projeto é determinante, para que os farmacêuticos possam nos hospitais garantir a segurança e a personalização das terapêuticas aos doentes no SNS.

Também um agradecimento à Senhora Reitora, por ter aceite o nosso convite. Consigo, e através de si, trazemos mais academia à nossa profissão. Ao Presidente da Câmara Municipal de Évora, pelo apoio que nos concedeu, e ao Presidente da ARS, um amigo de longa data, que nos estimula sempre a regressar ao Alentejo, a perceber as suas dificuldades, os desafios e as oportunidades de uma das mais belas e intensas regiões de Portugal. Por isso aqui estamos.

Porque todos os dias são bons dias para dizer aos portugueses que podem contar com os farmacêuticos.

Conhecemos bem a nossa missão, temos passado e estamos habituados a utilizar o presente para construir o futuro. Portugal é a nossa pátria e os portugueses a nossa razão de ser. Temos um propósito e um destino. Por isso, o Dia do Farmacêutico, dia de São Cosme e São Damião, visa sobretudo renovar os votos do compromisso que assumimos com a sociedade no dia em que nos tornámos farmacêuticos.

Sabemos o significado da palavra inclusivo há muito tempo. É uma marca genética obrigatória para quem, como nós, já cá estava antes do SNS nascer, nas farmácias, nos laboratórios, nos poucos hospitais públicos e privados que tínhamos então. Nascemos com o país, com ele crescemos, não no Terreiro do Paço, mas aldeia a aldeia, lugar a lugar, de onde nunca saímos a não ser quando, muitas vezes, a falência nos obrigou a desistir porque o acesso à saúde era diminuto e muitos portugueses nasciam e morriam sem nunca ver um médico. Invariavelmente, quase sempre, tinham uma farmácia na zona, e era por ali que iam resolvendo os problemas de saúde que sentiam como mais urgentes. Nunca deixámos ninguém para trás. Sei do que falo. Ainda não era nascida e nos anos 40 e 50 a minha família farmacêutica, aqui neste Alentejo, na Amareleja, Aldeia Nova de São Bento, Serpa, Moura, faziam da sua farmácia a sua razão de ser, porque não quiseram rumar à capital tentando uma vida melhor. Mesmo quando foram à falência souberam que tinham cumprido a sua missão. E hoje, passados mais de 50 anos, isso é para mim o mais importante.

Também sabemos o significado de coesão territorial. Porque fomos desenvolvendo os nossos laboratórios de análises clínicas por todo o Portugal Continental e Regiões Autónomas, diferenciando os nossos serviços, equipando-os com a tecnologia mais avançada e certificando a qualidade dos serviços que prestávamos.

E também não ignoramos a importância do empreendedorismo, o necessário desenvolvimento da economia, através da produção industrial de medicamentos e dispositivos médicos que, sobretudo após 1974, insistimos em expandir, fazendo assim acompanhar a visão de um serviço nacional de saúde, e através dele, saúde para todos os portugueses. Ainda hoje, muitos são os farmacêuticos que continuam a insistir numa agenda que capte investimentos para Portugal, na produção industrial que o País não pode perder, e dessa forma continuarmos a reforçar as nossas exportações.

E não esquecemos de como era tratado o medicamento antes da existência de serviços farmacêuticos hospitalares. E de como o início deste caminho se fez à custa de esforço e perseverança, de servidores do Estado, académicos, farmacêuticos civis e militares, uns mais conhecidos e outros anónimos, que reconhecemos como sendo verdadeiros líderes da profissão. É a esses farmacêuticos que o Dia Internacional do Farmacêutico, assinalado ontem, é dedicado pelo mundo fora.

E recordamos sempre, porque é uma tatuagem em nós, o esforço que os nossos académicos fizeram para que o ensino se expandisse, evoluísse, com a qualidade necessária para um exercício profissional sério e diferenciado. E como foram capazes de integrar o movimento de investigação que se fez em Portugal, trazendo progresso ao mundo em áreas como o HIV, por exemplo, com o esforço e persistência de líderes como Maria Odete Santos Ferreira, José Luís Champalimaud, Laura Ayres. Porque não podemos descansar à sombra dos sucessos. É tão mais difícil manter o sucesso do que atingi-lo.

Fizemos tudo isto, mas não fizemos tudo sempre bem. Vivemos algumas crises de identidade, por vezes fomos menos unidos, houve momentos em que não investimos nos projetos certos como profissão. Mas houve uma coisa que nunca nos viram fazer. Nunca desistimos do País. E se, dentro da profissão, tivemos e temos as nossas tensões, as nossas discordâncias e dissensos, fazemos o esforço de encontrar pontes entre nós para contribuir para soluções que sirvam os portugueses. A valorização da profissão vem do valor que os portugueses nos atribuem; não do que as elites pensam de nós. Do Minho ao Algarve, da Ilha do Pico a Rabo de Peixe, de Camara de Lobos e Machico a Bragança, de Beja a Matosinhos. Por esse País fora, não desistiremos de fazer cumprir Portugal.

Temos o maior respeito pelos agentes políticos: desejamos que consigam encontrar na nossa democracia a ambição e a força para governar com sabedoria e fazer as realizações necessárias. Valorizamos a sua ação, porque basta olhar à nossa volta para percebemos que o Mundo está a atravessar uma crise de identidade, com a emergência de lideranças diferentes das que tivemos nas últimas décadas, que advogam a soberania como forma de proteção da identidade das nações. E que a defendem de forma alicerçada, como uma garantia de prosperidade, cavalgando a desesperança de muitos na própria democracia. Esta é por isso uma época de muitas oportunidades e de todos os perigos. Porque nos habituámos a acreditar que os direitos humanos estavam coletivamente garantidos, pela paz, segurança

e prosperidade em que vivemos no pós-guerra na Europa. E não estão, porque a visão personalista e transumana serão o desafio dos direitos humanos das próximas décadas. E como não se para o vento com as mãos, teremos de travar debates e fazer escolhas enquanto sociedade e enquanto povo.

Mas é preciso que os agentes políticos entendam que começa a ser difícil acreditar no “Agora é que vai ser”. Legislatura após legislatura, fomos acreditando que na saúde se concretizariam as propostas de quem nos foi, sucessiva e alternadamente, governando.

O SNS, nestes 40 anos de celebrações, tem muito com que se preocupar. Precisa de organização, financiamento, dedicação e de lutar para não perder a capacidade de reter os seus melhores profissionais. A este propósito não posso deixar de elogiar o atual Governo que, ao fim de 20 anos, aprovou a carreira farmacêutica no SNS. Mas lamentar também que 4 anos não tenham sido suficientes para legislar a sua principal razão de ser: a formação especializada no SNS, vulgo internato, agora denominado Residência Farmacêutica. Se quem governa não consegue, no prazo que a própria lei determina, fazer o que lhe compete, de onde virá a legitimidade para exigir aos farmacêuticos que acomodem a alteração das 35 horas nas suas equipas sem novos recursos humanos? Que façam a seleção terapêutica mais custo-efetiva, gerando milhões de euros de poupança por via da racionalidade, nunca colocando em causa os melhores cuidados? Que treinem os mais novos para depois não os conseguir reter no SNS? Que não tenham como garantir serviços de valor acrescentado, seja por via da investigação clínica, seja por via da atividade clínica, em que a consulta farmacêutica para reconciliação da terapêutica nos nossos doentes com multimorbilidade é apenas um exemplo.

O País está muito melhor do que estava há 40 anos. Mas a pergunta que se impõe é: **podíamos estar melhor com todo o investimento que temos feito?** A resposta parece ser inequívoca: podíamos! Se valorizássemos o nosso capital humano como sendo o mais importante recurso do SNS.

Se fossemos mais organizados, menos burocráticos, mais transparentes, teríamos feito mais do que fizemos até agora. Se nos desapegássemos da valorização subserviente do poder político, se fossemos efetivamente capazes de desconcentrar geograficamente, se dessemos mais autonomia a quem dirige, se confiássemos mais nos portugueses, para uma maior responsabilidade. Se percebêssemos que o desenvolvimento das regiões, das profissões, da

economia, não se faz a regra e esquadro! E que as leis, sendo importantes, são apenas enquadramentos jurídicos que emanam da forma como queremos viver em sociedade.

Nunca foi tão importante acautelar a indiferenciação das profissões, a ideia de que todos sabemos fazer tudo e que a especialização conduz a obstáculos no acesso ao mercado de trabalho. É preciso muito cuidado na promoção destes ventos de liberalização do acesso às profissões, destruindo os alicerces das suas organizações, não vá termos cirurgiões que não estudaram medicina, ou responsáveis por libertações de lotes de medicamentos que não estudaram ciências farmacêuticas. Se se pretende limitar às profissões a capacidade de se organizarem nas suas Ordens, ainda que o debate sobre o seu papel e o cumprimento dos seus estatutos seja inequivocamente atual e importante, que se tenha em conta que as Ordens ocupam um lugar que, a ficar vago, será ocupado por movimentos inorgânicos. A natureza não permite o vazio. E os agentes políticos não devem esquecer esta lei universal.

Na Ordem dos Farmacêuticos estamos preparados. Já nos abrimos à Sociedade, não estamos a falar sozinhos, temos a nossa Academia dentro da Ordem, dialogamos com as outras profissões, com os cidadãos e discutiremos, ainda neste mandato, como podemos avançar, ainda mais, na inclusão dos cidadãos dentro da nossa Ordem, sendo efetivamente ouvidos sobre uma estratégia de regulação que sirva os desafios sociais do século XXI.

Não podemos continuar a aceitar com naturalidade que projetos na área da saúde que estão pensados, e alguns até experimentados há décadas, não façam o seu caminho. Foi exatamente há 20 anos que uma comissão no Ministério da Saúde (era Ministro Luís Filipe Pereira) estudou a possibilidade de reclassificar alguns medicamentos que eram (e ainda são) de dispensa exclusiva em hospitais (uma portugalidade, como tantas outras, porque este estatuto não existe na diretiva europeia). Passaram 20 anos. Hoje, porque não somos capazes de fazer o que tem de ser feito, arranjam formas expeditas, projetos generosos, que confirmam o óbvio: que há um problema de acesso para alguns portugueses, em alguns pontos do país, por via da dificuldade em ir buscar os medicamentos aos hospitais. Não será assim para todos os portugueses e não será assim em todos os hospitais. Mas basta que seja para alguns para justificar olhar de frente para o problema. Para alguns medicamentos não se justifica percorrer enormes distâncias porque hoje a situação clínica da pessoa que vive com a doença não o aconselha.

A Ordem dos Farmacêuticos só tem uma posição nesta matéria: que se decida no interesse das pessoas que vivem com a doença e suas famílias. Ao Estado não cabe legislar para beneficiar farmácias ou farmacêuticos. Cabe encontrar uma solução que não crie desigualdades. Os farmacêuticos ajudarão a encontrar essa solução.

Faltam medicamentos nas nossas farmácias. Mais agora do que há 10 anos. Sabemos que é um problema complexo, porque uma parte importante não depende da nossa soberania nacional, apesar de a comprometer. Está a acontecer por toda a Europa e bem podemos crucificar o Infarmed, que não vamos encontrar assim as soluções. O Infarmed regula. Não produz, não distribui, não dispensa medicamentos. Mas precisa de ter condições e infraestruturas técnicas e tecnológicas para concretizar a sua ação e, naturalmente, abrir-se ao diálogo responsável com os agentes.

A Ordem dos Farmacêuticos acredita que é preciso muito mais do que a legislação que veio reforçar as responsabilidades de todos os agentes. É preciso que, a montante, haja um diálogo responsável e um compromisso sustentável. Para que nos pedem pareceres se, mesmo quando são fundamentados, nada ou quase nada é incorporado?

Apelamos, senhor Presidente do Infarmed, a que estes exercícios de auscultação sejam feitos apenas quando a vontade de quem governa ou de quem dirige seja efetivamente a de valorizar as opiniões da sociedade. Ninguém tem tempo a perder e já não há espaço para fazer de conta que participamos.

Neste e noutros assuntos vale a pena entendermo-nos no interesse do cidadão. Quem produz tem de colocar a quantidade necessária de medicamentos no mercado, quem distribui tem de cumprir a sua missão de abastecer as farmácias, não promovendo desigualdades numa matéria de interesse público, quem governa tem de encarar que parte deste problema está relacionado com questões de sobrevivência que afetam transversalmente o sector. Anos e anos de medidas muito restritivas sobre os preços dos medicamentos vendidos nas farmácias geraram situações inimagináveis há uma década.

Apesar de 1 em cada 10 portugueses não conseguir comprar a sua medicação, os outros 9 portugueses devem conseguir comprá-la e ter acesso aos seus tratamentos sem ter de ir a Espanha. Para os que não podem comprar medicamentos aos preços médios a que estão nas farmácias, certamente que um programa assistencial para os mais carenciados é o mais

indicado. Um exemplo concreto, de entre muitos, é perceber que um tratamento diário de antibiótico custa 63 cêntimos, enquanto um café e um pastel de nata custam 1,65 cêntimos. Está tudo dito e os portugueses percebem. O que não se pode é continuar a desequilibrar o mercado desta forma, porque os mercados, mesmo muito regulados, têm vida própria e as empresas, por muito que custe ao Estado, não tomam decisões em função das orientações do Ministério da Saúde. E também não é perpetuando a existência de descontos nos medicamentos, que o Estado criou e que os farmacêuticos infelizmente praticam, que conseguimos que o acesso melhore para os que verdadeiramente precisam. Assistimos a uma das nossas vergonhas no sector da saúde, anunciando descontos com megafones para medicamentos financiados pelos nossos impostos e receitados pelos nossos médicos.

A questão do acesso a medicamentos inovadores para o cancro está na ordem do dia. Muito já se disse e escreveu sobre o tema do acesso à inovação. E, também neste caso, o desafio não é nacional, é global. Não há soluções mágicas para resolver o acesso generalizado a terapias muito inovadoras e muito caras. Esta pressão faz-se sentir junto dos doentes e das suas famílias, no dia-a-dia dos médicos, dos farmacêuticos, dos administradores hospitalares. Nada que não soubéssemos: um dia, mais cedo ou mais tarde, iria acontecer. A posição dos farmacêuticos sobre esta matéria é também inequívoca. E concretizou-se sempre na contribuição significativa que demos e damos nas comissões de avaliação do Infarmed, nas Comissões de Farmácia Terapêutica, na construção e desenvolvimento do Infarmed, onde os nossos melhores têm dedicado décadas de esforço para garantir a missão da agência, torná-la e mantê-la como uma das melhores da europa.

Para nós, a evidência deve dar suporte à decisão, que é, e deve ser, política. Numa total e absoluta separação entre quem avalia, quem recomenda e quem decide. Quem faz a avaliação do valor de uma inovação são comissões técnicas multidisciplinares, quem recomenda deve fazê-lo em plenário, onde, forçosamente, os colégios médicos e farmacêuticos devem ter uma opinião valorizada à luz da evidência e da melhor prática da medicina. Com base nessas avaliações, a decisão deve ser política. É aos políticos que cabe, em nome dos portugueses, fazer as escolhas para as quais foram democraticamente mandatados. A tarefa será cada vez mais difícil, sobretudo se o orçamento da saúde não aumentar. Claro que precisamos de mais organização, o dinheiro não resolve tudo. Mas está à vista. Quando é a própria Assembleia da Republica, que deu indicações no âmbito da

inclusão de vacinas no plano nacional de vacinação, independentemente dos pareceres dos peritos da DGS, a dar indicação para a compra de um medicamento, ainda em fase experimental, com um valor de 2 milhões de euros; quando assim é, percebemos que o reforço da capacidade técnica e a transparência nos resultados da avaliação são absolutamente fundamentais.

A inovação não vai parar de acontecer, felizmente. E seremos capazes de solucionar muitas doenças que até agora tinham resultados devastadores. Mas os preços a que muita inovação em saúde será comercializada torna fundamental que se faça um debate sereno e sério, participado, de como faremos estas escolhas e em que condições seremos capazes de incorporar e maximizar o benefício da inovação. E mesmo mais organizados, mais transparentes e dialogantes, com um Infarmed reforçado e apoiado nas suas funções, com lideranças bem preparadas e não escolhidas em função da oportunidade política ou corporativa, mesmo assim, teremos escolhas difíceis pela frente, não perdendo a esperança que, a nível internacional, o diálogo entre a indústria farmacêutica e os Estados possa levar a que o mútuo interesse de contribuir para o progresso e bem-estar prevaleça.

E aqui estamos hoje, juntos, numa das regiões mais bonitas de Portugal. Onde a nossa história longínqua vive em cada rua e apesar do progresso, sentimos sempre que estamos de volta ao início. O nosso Alentejo, próximo, sereno, fraterno. Que muitos farmacêuticos escolheram ao longo de gerações para cumprir a sua missão.

É este Alentejo que nos abraça, que poetas cantaram, que hoje testemunha a nossa gratidão também aos que, de entre nós, nunca desistiram de fazer a diferença. Atribuiremos duas medalhas de honra a quem muitos nos honra. A um farmacêutico e a um projeto. Em qualquer dos casos as razões são inequívocas. Um trabalho persistente, sério, respeitando os valores da nossa deontologia, alicerçados na ética e na proteção ambiental. Também neste tema, não começámos hoje. Há 20 anos que soubemos organizar-nos para, de forma sustentável, responder ao desafio do tratamento de resíduos de medicamentos. Quando ainda não era moda falar de ambiente, nós já tínhamos assumido o problema, encontrando soluções. E o respeito que sempre mantivemos pela diversidade das nossas geografias, dentro de Portugal, no enorme reconhecimento pelos farmacêuticos que nas Regiões Autónomas contribuem para que os Serviços Regionais de saúde garantam que não há portugueses de primeira e de segunda.

Em Évora estamos mais perto do que somos. Estamos perto de Flor Bela de Alma da Conceição Espanca, que soube ser a filha deste Alentejo sofrido, e que a partir de Évora e no feminino o eternizou. Um Alentejo que povoa o nosso coração e que quando se visita, sempre se regressa, porque nunca se esquece. Florbela Espanca define com intensidade, no poema o Meu Alentejo (que é também o Nosso), aquilo que sempre nos convoca nesse regresso.

Meio-dia: o sol a prumo cai ardente
Doirando tudo...ondeiam nos trigais
D'oiro fulvo, de leve docemente
As papoilas sangram sensuais
Andam asas no ar e raparigas
Flores desabrochadas em canteiros
Mostram por entre o oiro das espigas
Os perfis delicados e trigueiros...
Tudo é tranquilo, e casto e sonhador
Olhando esta passagem que é uma tela de Deus
Eu penso então: onde há pintor, onde há artista de saber profundo
Que possa imaginar coisa mais bela
Mais delicada e linda neste Mundo.

Muito obrigada, Évora, por seres por um dia a casa de todos os farmacêuticos de Portugal.

Ana Paula Martins

26 de setembro de 2019